

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.937 - BA (2019/0166035-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : LOURIVAL TAVARES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : KLEIBE MARQUES DA SILVA - BA042025
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LOURIVAL TAVARES DA SILVA em face do Tribunal de Justiça da Bahia, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fls. 162-163):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. DEMONSTRADA NO CASO CONCRETO A NECESSIDADE E OS MOTIVOS QUE LEGITIMAM A CUSTÓDIA DO PACIENTE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CUSTÓDIA MANTIDA A BEM DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

Restou devidamente fundamentada, a decisão que decretou a custódia da paciente, com expressa menção à situação concreta que caracteriza a necessidade de garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

"É preciso que a repressão à prática de crimes hediondos adquira maior eficiência e se desenvolva com a maior atenção às singularidades do caso concreto posto sob análise, sob pena de se extraviar em considerações de ordem meta-normativa, favorecendo indiretamente a impunidade e a criminalidade. 4. Quem pratica crime de sangue com frieza e indiferença pela vida humana deve ser segregado antecipadamente do convívio social, pois não se poderá dizer que seja alvitreira ou meramente especulativa a conclusão de que, em liberdade, esse mesmo agente voltará a delinquir, já que age sem motivação, sem provocação e sem razão".

"Estando presentes os pressupostos da prisão preventiva e verificando-se a configuração de ao menos um dos requisitos ensejadores da sua decretação, no caso a garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta do delito e a periculosidade real do agente, reputam-se irrelevantes as condições pessoais favoráveis apresentadas pelo Paciente, consoante iterativa jurisprudência."

HABEAS CORPUS DENEGADO.

O recorrente foi preso em flagrante em 17/12/2018, convertido em preventiva, sendo denunciado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II e III, c.c. o art. 14, II, por duas vezes (arts. 20, § 3º, e 73), na forma do art. 70, todos do Código Penal.

Neste recurso argumenta-se, em suma, dúvida na autoria do fato, alegando ser *imprescindível a realização de perícia nas armas apreendidas para assim ter plena certeza, de onde partiu o disparo da arma de fogo que*

atingiu as supostas vítimas (fl. 199). Aduz, ainda, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

De início, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Ademais, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa.

A peça inicial veio desacompanhada de cópia do inteiro teor da decisão que decretou a medida extrema, documento indispensável ao deslinde da controvérsia.

Resta, portanto, impossibilitada a análise da alegação de ausência dos requisitos do art. 312 do CPP.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca da situação prisional do recorrente e do andamento da respectiva ação penal, requerendo, outrossim, o envio de cópia da decisão que decretou a preventiva.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator